

“Talvez devêssemos visitar o vocabulário do ‘regresso’”

Entrevista com Marie-Antoinette Hily, realizada por Amandine Desille¹, Filipa Pinho² e Liliana Azevedo³

Marie-Antoinette Hily nasceu em França, em 1946, e doutorou-se em sociologia, em 1993, com uma tese sobre os portugueses em França. Integrou o centro de investigação Migrinter em Poitiers, França, entre 1996 e 2011. Foi diretora da *Revue Européenne des Migrations Internationales*, entre 2000 e 2014. É autora de uma vasta obra publicada em livros e revistas científicas sobre migrações, mobilidade residencial, circulações migratórias e redes transnacionais.

Filipa Pinho é socióloga e investigadora associada do CIES-Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. Entre janeiro de 2019 e setembro de 2021, foi investigadora de pós-doutoramento no CES-UC, no projeto *Experiências e Expectativas de Regresso dos Novos emigrantes Portugueses: Reintegração e mobilidades*. Os interesses de investigação têm incidido sobretudo nas migrações internacionais (emigração portuguesa, emigração brasileira para Portugal, políticas de migração, processos de decisão de migrações, refugiados e políticas de asilo). Foi coordenadora executiva do Observatório da Emigração desde a sua fundação (até 2013), coordenadora de projetos e investigadora na Organização Internacional para as Migrações (2004 e 2014) e investigadora independente em vários projetos. Tem diversos trabalhos publicados em livros e revistas, em autoria ou coautoria.

Liliana Azevedo é atualmente Bolseira de Doutoramento da FCT (Ref.^a SFRH/BD/128722/2017). Encontra-se a preparar uma tese em Sociologia no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa sobre a transição para a reforma de casais portugueses na Suíça. É também doutoranda associada no nccr - on the move (Swiss Center for Competence in Research - The Migration Mobility Nexus) e Swiss Migration Forum da Universidade de Neuchâtel, na Suíça, e investigadora associada do Observatório da Emigração. No domínio das migrações internacionais, os seus interesses de investigação incidem sobre envelhecimento, género, percurso de vida, famílias transnacionais e cultura material.

Amandine Desille é geógrafa. É investigadora associada de Passages, UMR CNRS-Université de Bordeaux Montaigne-Ensapbx, França, e do Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Portugal. A sua investigação centra-se nas migrações de regresso, migrações internacionais, governação local, pequenas cidades, produção de lugares e metodologias visuais. Já trabalhou na China, em Israel e, atualmente, trabalha em Portugal. Tem artigos publicados em revistas internacionais, nomeadamente na *Political Geography* e na *Urban Studies*, e é co-organizadora de dois livros publicados pela editora internacional Springer: *International migrations and local governance: a global perspective* (2018) e *Visual Methodology in Migration Studies: New Possibilities, Theoretical Implications, and Ethical Questions* (2021).

¹ Amandine.desille@campus.ul.pt

² Ana_filipa_pinho@iscte-iul.pt

³ Liliana_Marisa_Azevedo@iscte-iul.pt

Esta entrevista⁴ é uma oportunidade para revisitarmos *Le va-et-vient identitaire: migrants portugais et villages d'origine*, da autoria de Yves Charbit, Michel Poinard e Marie-Antoinette Hily. O livro, publicado há 25 anos, é um trabalho precursor, resultado de uma investigação pioneira sobre a emigração portuguesa que contempla os percursos de regresso e re-emigração. O livro tornou-se bem conhecido, quer entre portugueses que se estabeleceram em França durante o Estado Novo, quer entre investigadores da emigração portuguesa.

25 anos depois da sua publicação, considerámos que o livro merecia mais atenção, não apenas para avaliar as circulações migratórias intraeuropeias de portugueses, e entre regiões urbano-rural (nomeadamente depois de atravessadas fronteiras internacionais), mas também pela abordagem pioneira sobre práticas transnacionais, a construção de identidade e considerações práticas e empíricas de projetos migratórios fluidos, que a investigação trouxe ao conhecimento. O primeiro contacto com a autora Marie-Antoinette Hily coincidiu, infelizmente, com as mortes de duas figuras proeminentes desta vertente académica, uma das quais participou na investigação citada: Michel Oriol (1925-2021) e Michel Poinard (1944-2021). Esta entrevista é uma oportunidade para lhes fazer um tributo.

A conversa com Marie-Antoinette Hily permite-nos conhecer as dinâmicas da investigação franco-portuguesa à época, perceber o desenvolvimento de conceitos importantes que desconstróem as abordagens tradicionais à integração de imigrantes e os efeitos dos projetos e das experiências de imigrantes no grupo e nos locais com os quais estes se relacionam. Neste sentido, esta entrevista enquadra-se no conjunto de artigos que constituem este *dossier* temático e traduz a riqueza de comunidades científicas interdisciplinares, abertas não só à internacionalização, como à sociedade civil e, como evidenciado aqui, inter-geracionais.

Amandine Desille (AD), Filipa Pinho (FP) e Liliana Azevedo (LA): Como é que o tema das migrações, e mais especificamente o dos migrantes portugueses, surgiu na sua vida? Tinha alguma ligação com a comunidade portuguesa em França? Porque escolheu fazer a sua tese de doutoramento sobre os portugueses?

Marie-Antoinette Hily (MAH): Fiz todos os meus estudos de sociologia na Universidade de Nice, durante aquilo a que se chamou o “momento 68”, e os meus compromissos políticos levaram-me a tornar-me ativista num *bidonville* (bairro de lata) onde viviam muitos imigrantes (do Norte de África), que eu ajudava com os procedimentos administrativos. Além disso, Michel Oriol⁵, professor de psicologia social na Universidade de Nice, rodeou-se de alguns estudantes que estavam a concluir o mestrado, incluindo eu própria, que desenvolviam pesquisas nos centros destinados à formação de trabalhadores imigrantes em Marselha. Este trabalho deu origem a um artigo em colaboração com Gilbert Beaugé, “*La formation des travailleurs immigrés*” (Beaugé & Hily, 1974), no qual mostrávamos que as estruturas tradicionais da escolaridade são incapazes de inovar no atendimento ao “imigrante adulto” e de se afastar do modelo tradicional de ensino que faz da dissimetria do intercâmbio a norma na relação pedagógica.

⁴ A entrevista foi realizada em francês, apresenta-se aqui a tradução portuguesa. A tradução foi financiada pelo programa Localacc do Instituto Convergences Migrations (Aubervilliers, França), coordenado por Bénédicte Michalon (Passages, UMR CNRS, Université de Bordeaux-Montaigne) e por Thomas Lacroix (CERI, SciencesPo Paris).

⁵ Nascido em 1925, no norte de França, Michel Oriol começa por seguir filosofia. Em 1965 obteve um cargo de assistente no departamento de sociologia em Aix-en-Provence, enquanto dava aulas na universidade de Nice. Orientado por Georges Balandier, obteve o doutoramento em sociologia em 1989 na Universidade Paris-V, com uma tese intitulada «*Les variations de l'Identité. Les Identités culturelles et Identités nationales : théorie et étude de cas à partir d'une étude d'enfants d'immigrés portugais*». Pouco depois orientou a tese de doutoramento de Marie-Antoinette Hily. Comprometido política e socialmente, concebia a investigação como investigação-ação, tendo sido pioneiro no campo da interculturalidade. Foi diretor do IDERIC (*Institut d'études et de recherches interethniques et interculturelles*), centro de investigação da Universidade de Nice. Michel Oriol faleceu em julho de 2021.

Eu e os meus colegas também estivemos atentos a todos os movimentos de libertação nacional nos países africanos e noutros lugares do Terceiro Mundo.⁶ A Revolução dos Cravos em 1974 em Portugal, um país pouco conhecido em França, foi um verdadeiro acontecimento político, observado por progressistas de todo o mundo, e que iria abrir o caminho para a independência das colónias portuguesas. Aquele pequeno país era então, para mim, um exemplo de uma revolução pacifista que punha fim a quarenta e oito anos de ditadura. Quase dez anos depois, quando a Fundação Europeia para a Ciência estava a apoiar um programa de investigação europeu sobre o estudo comparativo da evolução da identidade cultural das segundas gerações na Europa Ocidental, Michel Oriol propôs-me participar num projeto de investigação sobre filhos/as de emigrantes portugueses em França; foi o encontro entre a curiosidade por um país e uma oportunidade de terreno. A questão punha-se então em termos da “integração” de milhões de crianças e adolescentes de segunda geração que agora viviam em países industrializados. A equipa franco-portuguesa constituída em torno de Maria Beatriz Rocha-Trindade⁷, em Portugal, e Michel Oriol, em França, abordou essa problemática, dando prioridade às questões fundamentais, à revisão de conceitos e métodos, à pesquisa de terreno, ao trabalho com equipas de investigação franco-portuguesas e à multidisciplinaridade na construção de objetos de investigação (Oriol, 1984; Oriol, 1988).

No início dos anos 1990, o financiamento do INED (*Institut National d'Études Démographiques*) permitiu a Michel Poinard⁸, e a mim própria, conduzir pesquisas sobre as famílias portuguesas envolvidas na migração. O nosso objetivo não era propor um novo levantamento monográfico sobre uma imigração que já era bem conhecida, como escrevemos na introdução do livro (Charbit, Hily & Poinard, 1997), mas compreender como são construídas as relações com os diferentes espaços nacionais e locais em que o “migrante-português” vive. Realizámos o estudo em três aldeias para onde os migrantes portugueses regressam periodicamente, porque era a partir desse lugar central que melhor podíamos medir o curso da dinâmica migratória e as práticas de “vaivém” dos migrantes portugueses. Portanto, já não eram as representações da integração em França que queríamos examinar, mas os equilíbrios económicos e socioculturais em Portugal, na área de partida e de regresso periódico. Como Maria Beatriz Rocha Trindade escreveu: “A noção de emigração como fluxo dinâmico perde a sua importância a favor da valorização das interações de Portugal com as comunidades que resultaram desse fluxo. As ‘políticas de apoio às comunidades’ sucedem às ‘políticas de emigração’, tentando encorajar o reforço dos seus laços culturais com o país de origem e o seu sentimento de pertença a este último” (Rocha-Trindade, 1984, 361).

Escrevi a minha tese (Hily, 1993) no seguimento deste trabalho de campo, utilizando uma abordagem hipotético-dedutiva. Apoiando-me no trabalho de Michel Poinard, que já tinha defendido a tese dele (Poinard, 1991), utilizei uma perspetiva histórica da migração portuguesa e dos métodos sociológicos e antropológicos. Durante a defesa, lembro-me que uma das críticas que me fizeram relacionava-se com a discussão das teorias da identidade, das quais, como disse um membro do júri, poderia ter sido mais crítica, porque há uma tendência, dizia ele, para “em nome do universalismo, recusar reconhecer a importância de pertencer”.

Como acabou de descrever, a obra coletiva *Le va-et-vient identitaire: migrants portugais et villages d'origine*, publicada em 1997, não é apenas o resultado da pesquisa de terreno realizado em 1992-93 em três aldeias do norte de Portugal. É também uma síntese de vários trabalhos pioneiros sobre a imigração portuguesa em França. Como organizaram essa investigação coletiva? Qual foi a contribuição deste trabalho realizado em conjunto?

⁶ A expressão “Terceiro Mundo” surgiu em 1952 através do economista Alfred Sauvy para designar os países com baixos níveis de desenvolvimento. Caiu em desuso nos últimos anos a favor de outras designações, como “países em desenvolvimento”, “países menos desenvolvidos” ou “países menos avançados”.

⁷ Maria Beatriz Rocha-Trindade doutorou-se em sociologia pela Universidade de Paris-V em 1970, com uma tese intitulada “*Immigrés Portugais. Observation Psycho-Sociologique d'un Groupe de Portugais dans la Banlieue Parisienne : Orsay*”. Pioneira nos estudos dos portugueses em França. Em 1994, fundou o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI na Universidade Aberta. É autora de uma vasta literatura sobre a migração portuguesa.

⁸ Doutorou-se em geografia em 1992 com uma tese intitulada “*Les Portugais dans l'émigration: une géographie de l'absence*” e foi professor de geografia na Universidade de Toulouse-Le Mirail. Faleceu em julho de 2021.

Desde meados dos anos 1980, as pesquisas sobre as migrações portuguesas desenvolveram-se consideravelmente em França e a Maria Beatriz Rocha Trindade deu um importante contributo para aproximar investigadores/as franceses/as e portugueses/as, nomeadamente no âmbito do projeto europeu sobre “variações da identidade”, tendo ela sido pioneira no campo das migrações de portugueses/as para França ao defender uma tese de doutoramento, em 1970, na Sorbonne⁹.

Manuela Aguiar¹⁰, então Secretária Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas, apoiou ativamente a iniciativa de uma cooperação internacional entre França e Portugal, participando de uma lógica de Estado que colocava em primeiro plano “uma política cultural desenhada à medida de uma sociedade que não se confina a este antigo território, mas se estende a inúmeras comunidades espalhadas por todos os continentes”¹¹. Com base neste apoio, Maria Beatriz Rocha-Trindade, Diretora do Centro de Estudos da Secretaria de Estado da Emigração em Lisboa, coordenou a equipa portuguesa composta por sociólogo, linguista e etnólogo.¹² As pesquisas de terreno em Portugal (Guarda) e em França (Pau, Saint-Denis, Villetaneuse) com jovens imigrantes e filhos/as de imigrantes que tinham permanecido em Portugal foram realizadas pelos colegas portugueses e franceses¹³; estudos multi-situados, diríamos hoje, mas também onde as abordagens metodológicas combinavam os recursos das ciências sociais e humanas com o objetivo de dar conta das variações nos processos que conduzem à definição da identidade que os jovens reivindicam.

Éramos todas e todos jovens investigadores, tanto em França como em Portugal, e tínhamos a sensação de que estávamos a abrir novos caminhos de pesquisa teórica e empírica, sem dogmatismo, mas com uma abordagem crítica aplicada a todos os nossos “objetos” de conhecimento: as pertenças (nacionais, culturais, políticas, etc.), as diferenças, as mobilidades e as redes associativas.

A minha tese e a de Michel Poinard inseriram-se no âmbito destes trabalhos. Mais concretamente, Michel Poinard abordou a questão da relação dos migrantes portugueses com o país de partida. Para ele, a “construção” do lugar do/da “migrante” no país de chegada implicou ter em conta a história migratória do país de nascimento e o reconhecimento que lhe era dado pelo Estado português, bem como os meios materiais e simbólicos que este utilizava para manter os laços com as comunidades espalhadas pelo mundo. Pela minha parte, optei por uma abordagem em termos de identidade, o que me permitiu nomeadamente salientar que os termos invisibilidade e visibilidade correspondem muito mais a estratégias de afirmação da identidade do que mais ou menos capacidades dos/as portugueses/as para se comportarem de acordo com as normas da sociedade de acolhimento. A invisibilidade dos/as portugueses/as ou o seu “silêncio” no espaço público francês significava menos a interiorização por cada um deles das normas da sociedade “de acolhimento” do que o exercício de estratégias individuais e coletivas para gerir e organizar o espaço “aqui” e o espaço “ali” (Hily & Oriol, 1993). Uma parte importante do meu trabalho de campo foi dedicada às práticas festivas e religiosas em Portugal e em França. Pude mostrar que, durante estes eventos, tanto em espaços associativos em França como em Portugal, em situações de interação, a dialética “entre si” e “com

⁹ Rocha-Trindade (1973). A autora analisa a organização sociocultural dos portugueses de um distrito de Viseu que se estabeleceram em Orsay.

¹⁰ Manuela Aguiar foi Secretária de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas entre 1980 e 1987 durante os VI, VII, IX e X Governos Constitucionais. Durante o seu mandato, fundou o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) e o Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas (1980). Colaborou também nos trabalhos preparatórios da nova Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81), adotada em 1981, e que vem permitir a obtenção da dupla nacionalidade.

¹¹ Discurso de abertura da primeira reunião do Conselho das Comunidades Portuguesas em Lisboa, abril de 1981. Nos últimos anos, as críticas a este discurso colonial persistente, que situa a continuidade do império na diáspora portuguesa, tornaram-se mais visíveis. Sobre a permanência do luso-tropicalismo e do pensamento colonial salazarista até hoje, veja-se por exemplo: Pereira (2017), Domingos & Pereira (2016) e Domingos & Peralta (2013).

¹² O IDERIC [*Institut d'études et de recherches interethniques et interculturelles*] em Nice acolheu Pedro Prista-Monteiro durante uns meses, no âmbito da pesquisa sobre as «variações da identidade». Ele dedicou-se a «uma leitura semiótica das mensagens identitárias» partindo da análise de um corpus constituído por artigos do jornal Comunidades, de discursos políticos, de cartazes, de filmes, entre outros.

¹³ De Portugal: Alberto Martinho (Centro de Estudos da SEE, Lisboa); de França: Dolores de Bortoli (Université de Pau), Marie-Claude Munoz (Commission Nationale pour la Recherche Interethnique, EPHE, Paris), Maurizio Catani (Cnrs, Paris), e Michel Oriol (Ideric, Nice).

os outros” implicava estratégias habilidosas de difusão de códigos ou, pelo contrário, a manutenção de códigos usados pela comunidade privilegiada. Num artigo em coautoria com Albano Cordeiro, questionámos “a festa dos portugueses” e o significado que tinha para aqueles que a organizam e para aqueles que a vivem (Cordeiro & Hily, 2000).

As ligações entre estas diferentes pesquisas, feitas das colaborações entre investigadores/as de diferentes disciplinas de “cá” e de “lá”, e de trocas frequentes, deviam-se, antes de mais, ao facto de partilharmos a mesma ideia: o percurso migratório, a bilateralidade das referências, as variações da identidade (todas elas formulações utilizadas em diferentes paradigmas disciplinares para alcançar uma compreensão da pessoa “migrante” portuguesa) indicam que as mobilidades se desenrolam durante um longo período de tempo, mais longo do que os fluxos portugueses concentrados num período do século XX, que se foram constituindo num saber-fazer migratório construído por experiências anteriores de outros elementos do mesmo grupo de origem. Os recursos historicamente constituídos na definição do eu não podem então ser dissolvidos em lealdades “aqui e agora”. Partilhávamos a ideia avançada por Michel Poinard de que “por definição, não há estranhos em si mesmos e a afirmação da alteridade será sempre relativa”.

Podemos ver, através do papel de Manuela Aguiar, que estes trabalhos decorrem num momento-chave da vida política portuguesa. O Estado português interessava-se pelos seus emigrantes. Também intervieram numa altura em que as associações portuguesas em França estavam ativas e participavam amplamente no apoio às ligações entre Portugal e França. Como é que estudos como *Le va-et-vient identitaire* contribuíram para este movimento? Como foram recebidos em França e em Portugal, tanto no mundo académico, como fora da universidade?

A vontade política de Manuela Aguiar, atenta à “diáspora portuguesa”, e o interesse científico de Maria Beatriz Rocha Trindade foram decisivos na investigação sobre a migração portuguesa, especialmente porque a universidade em Portugal estava a emergir de um período de “conservadorismo estreito e ignorância absoluta das ciências políticas, económicas e sociais” (Coquery-Vidrovitch & Godinho, 1964). Os trabalhos do historiador Vitorino Magalhães Godinho¹⁴ sobre o império português e o “mundo atlântico” tinham deixado a sua marca em muitos jovens investigadores/as portugueses/as, incluindo Maria Beatriz Rocha-Trindade. Na sua contribuição para o Volume 1 de “Variações da Identidade”, intitulado “o diálogo instituído”, ela evoca a língua portuguesa como um vestígio do antigo império português e do que ela chama o “*conceito de uma nação portuguesa geograficamente dispersa e expandida*” (Rocha-Trindade, 1984). O discurso político faz-se então eco desta “lusitanidade” e o Estado vai tornar-se, escreveu ela, “o gestor” da identidade nacional para as comunidades emigradas. A Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, apoiando-se nas estruturas associativas, vai desenvolver ações sociais e culturais para os/as imigrantes¹⁵. Foi neste contexto sociopolítico que conduzimos as nossas pesquisas, numa altura em que cerca de 800 associações estavam a ser criadas em território francês. Queríamos descrever e compreender como os/as imigrantes portugueses/as eram capazes de manter uma continuidade, um “estilo” existencial e cultural português.

Salientámos a dupla função da rede associativa portuguesa: preservar a intimidade da comunidade (“entre si”), assegurar a sua discrição, ao mesmo tempo que integravam de forma sistemática as lições aprendidas com o saber-fazer migratório. Este desejo de uma presença relativamente discreta no espaço público não era partilhado por toda a gente, mas foi, no entanto, amplamente partilhado por uma comunidade preocupada com o êxito do seu projeto migratório.

Os resultados destas pesquisas foram publicados em revistas científicas por membros das equipas francesa

¹⁴ Doutorado pela Sorbonne, Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011) inseriu-se na corrente historiográfica que se desenvolveu em torno da *Revue des Annales*. Foi um dos pioneiros das ciências sociais em Portugal, introduzindo um curso de Economia e Sociologia Históricas no início dos anos 1960, o que lhe valeu o exílio até 1974. De regresso a Portugal, torna-se professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Contribuiu para um maior conhecimento da emigração portuguesa, tendo nomeadamente publicado, em 1978, um artigo que se tornou referência: *L’émigration portugaise XV^{ème}-XX^{ème} siècles: une constante structurale et les réponses au changement du monde*. Revista de História Económica e Social, 1, 5-32..

¹⁵ Em 1980, foram criados o Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas e o Conselho das Comunidades.

e portuguesa e discutidos em colóquios e seminários de investigação. Encorajaram jovens investigadores/as a interessarem-se por estas migrações portuguesas (veja-se, por exemplo, os trabalhos de Irène dos Santos¹⁶ e de Victor Pereira¹⁷). Encontraram também eco em muitas associações portuguesas, em particular na CCPF (*Coordination des Collectivités Portugaises de France*) que, no início dos anos 2000, financiou um inquérito coordenado por mim e intitulado “Os Portugueses e as suas associações. Desafios de hoje, desafios de amanhã”¹⁸. Jorge Portugal Branco, conselheiro na Embaixada de Portugal em França, contribuiu para a divulgação das pesquisas, nomeadamente aquelas sobre o sistema associativo português. Em Portugal, Maria Beatriz Rocha-Trindade também contribuiu para a divulgação dos resultados destas pesquisas, tanto no meio académico como político.

Quase 25 anos após a sua publicação, é hoje difícil encontrar o livro *Le va-et-vient identitaire* nas bibliotecas, especialmente em Portugal. No entanto, é uma obra precursora que se mantém extremamente atual, uma vez que aborda, de forma pioneira, vários temas centrais nos estudos sobre migração. Por um lado, trata-se de uma investigação multi-situada, que rompe com uma separação entre fenómenos emigratórios e imigratórios, garantindo assim a integridade das pessoas migrantes. Por outro lado, ao destacar as circulações e a dupla pertença dos migrantes portugueses, marca o início dos estudos sobre o transnacionalismo e o translocalismo. Como olha hoje para estas contribuições metodológicas e teóricas, à luz da imensa literatura que foi produzida posteriormente?

Já não há livros disponíveis nas livrarias, os poucos exemplares ainda em circulação estão classificados na categoria “livros esgotados, não reeditáveis ou indisponíveis” na Internet! Os numerosos artigos publicados pelos investigadores e investigadoras das equipas francesa e portuguesa estão mais acessíveis e muitos estão em livre acesso ou facilmente identificáveis na internet¹⁹.

De facto, e gostaria de salientar novamente este aspeto, *Le va-et-vient identitaire* apelava a abordagens que rompiam com as teorias clássicas da integração, era uma obra precursora que ainda é lida e citada por jovens investigadores/as. Estávamos preocupados/as com o trabalho de campo e tínhamos lido Abdelmalek Sayad, que escreveu uma sociologia da emigração e da imigração (sendo os dois termos inseparáveis). Estávamos empenhados/as em mobilizar as ciências sociais com vista à compreensão das migrações do século XX. Ele escreveu: “imigrar é imigrar com a sua história (sendo a própria imigração parte integrante dessa história), com as suas tradições, as suas formas de viver, sentir, agir e pensar, com a sua língua e religião, bem como com todas as outras estruturas sociais, políticas e mentais características da pessoa e, simultaneamente, da sociedade, sendo as primeiras apenas a incorporação das segundas, em suma, é imigrar com a própria

¹⁶ Irène dos Santos obteve um doutoramento em Etnologia e Antropologia Social em Paris, em 2010, com uma tese intitulada “*Les ‘brumes de la mémoire’: expérience migratoire et quête identitaire de descendants de Portugais de France*”. Desde então, tem estudado e publicado sobre diversos tipos de fluxos migratórios e circulações nos espaços intraeuropeu e pós-colonial português. Atualmente, é investigadora do CNRS (*Centre national de la recherche scientifique*) na URMIS (*Unité de Recherche Migrations et Société*).

¹⁷ Victor Pereira obteve um doutoramento em História em 2007, com uma tese intitulada “*L’Etat portugais et les Portugais en France de 1957 à 1974*”, que se encontra publicada em Portugal pelo Círculo de Leitores (Pereira, 2014). Tem-se dedicado à investigação sobre a emigração portuguesa para França numa perspetiva histórica e publicado numerosos livros e artigos. Foi professor na Universidade de Pau et des Pays de l’Adour e é, atualmente, investigador principal no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (desde 2021).

¹⁸ O inquérito contou com os contributos de A. Cordeiro, M-A. Hily, N. Kotlock, M.C Munoz, M. Oriol, M. Poinard. O relatório foi publicado pela CCPF e resultou na publicação de vários artigos em revistas científicas. A investigação deveu-se à iniciativa de C. Pereira e S. Crespo.

¹⁹ Dois números dos *Cahiers de l’URMIS* foram dedicados às migrações portuguesas e estão disponíveis online: Cordeiro (2004) e Ferreira, Souchaud & Vidal (2017). O site *Persée* também acolhe vários dossiers temáticos anteriores ao ano 2000 e digitalizados, nomeadamente um número com 24 artigos publicados em *Hommes et Migrations*, nº1123, de junho-julho 1989, intitulado *L’immigration portugaise en France*, disponível em: https://www.persee.fr/issue/homig_1142-852x_1989_num_1123_1. Ou ainda, Dewitt (1997). A JSTOR também dá acesso a obras e artigos digitalizados, como, por exemplo, Tribalat (1997). A plataforma *CAIRN.INFO* também dá acesso a numerosos artigos produzidos nos anos 1990 e no início dos anos 2000, como por exemplo, Pingault (2004). Finalmente, as universidades organizam e disponibilizam arquivos, é o caso do centro de pesquisa Migrinter no qual trabalha Marie-Antoinette Hily. Ao pesquisar ‘Marie-Antoinette Hily’, acede-se às suas publicações: https://halshs.archives-ouvertes.fr/MIGRINTER/search/index/?q=authLastNameFirstName_s%3A%22Hily+Marie-Antoinette%22 ou até a fotografias que ela tirou em Portugal, como, por exemplo, [Maison de migrant à Vila de Punhe \(Portugal\)](#).

cultura” (Sayad, 1999). Tínhamos também lido geógrafos, incluindo Robert Montagne²⁰, que questionavam a organização do espaço, o que incitava a olhar para o que os/as imigrantes/emigrantes fazem com esses espaços. Já estávamos a começar a mudar o nosso vocabulário e a falar de “migrante” (Hily & Poinard, 1997; Poinard, 1992; Tarrus, 1996) como uma pessoa que liga a origem e o destino. Tratava-se de abordagens que abriam caminhos, no sentido em que propunham a revisão de conceitos e métodos. Em primeiro lugar, propunham-se desconstruir teorias da integração visando construir problemáticas onde as noções de identidade e de escolha em termos de pertença se tornavam centrais e sujeitas à crítica. Permitiam-nos articular propostas para compreender os comportamentos dos grupos imigrantes: toda a identidade é relacional (e não substancial), constrói-se na interação e num processo de diferenciação. Todos estes processos implicam a disponibilidade de recursos acessíveis (língua, história, práticas culturais, territórios, interesse comum...). Depois, se transpusermos para a migração portuguesa, a coesão do grupo é um processo dinâmico que se relaciona com as práticas de “vaivém” (hoje falaríamos de mobilidades, circulações, ou qualquer designação que se insira na ideia de “movimento”). Na introdução, escrevemos: “A perspetiva da imigração/integração deve ser substituída por uma análise que tenha em conta a variabilidade das identidades com base em mobilidades constantemente renovadas”. Concentrámo-nos nos ritmos e nos tempos das mobilidades, nas dinâmicas locais, nas mudanças em termos de calendários de momentos importantes da vida coletiva, tais como as festas padroeiras, por exemplo, ou outros eventos públicos e privados.

Nos últimos anos, o número de publicações aumentou rapidamente, o que reflete o lugar que a questão migratória veio ocupar na vida política, pública e científica. O desenvolvimento de uma conceptualização em termos de circulações migratórias, de transnacionalismo e, mais amplamente, de mobilidades, deu origem a uma grande quantidade de pesquisas que descrevem, em particular, os modos de organização de coletivos de migrantes instalados em diferentes espaços nacionais. O “sujeito migrante”, e as suas capacidades de ação, tornou-se central para a implementação de um projeto migratório. O binómio experiência migratória e projeto migratório intervém nas análises para dar conta da forma como as migrações redistribuem as relações nos lugares. A partir daí, a postura metodológica que questiona o “como” em vez do “porquê” e coloca entre parênteses os determinantes e a causalidade, encorajou a questionar as “artes de fazer” em vez das razões da migração. Daí o lugar dado às narrativas, às biografias e aos eventos que marcam o percurso de vida (Scioldo-Zürcher, Hily & Ma Mung, 2019). Estas diferentes propostas metodológicas que alimentam o “paradigma migratório” (Tarrus, 1989; 2012) confirmaram a relevância desta abordagem em muitos estudos. Estes avanços na forma de fazer perguntas têm sido frutuosos na análise das migrações e na forma como intervém nos processos de mudança social e reprodução social, mas é provavelmente necessário prosseguir com a reflexão nesta direção.

Os artigos deste *dossier* temático, tal como as pesquisas realizadas nos últimos anos, mostram uma certa continuidade nas práticas – intensidade das visitas no verão, dependência económica das aldeias, alguns regressos no longo prazo. Embora o último capítulo do livro *Le va-et-vient identitaire* levante a questão da segunda geração, parece que os laços com Portugal, embora mudem com o tempo, não enfraquecem. Contudo, o contexto comunitário europeu – com a moeda única e a liberdade de circulação –, os contextos nacionais, (tanto o português como o francês), e os contextos rurais e geracionais, evoluíram. As novas gerações têm laços “em ambos os lados”, ou até mesmo em vários países. Se hoje lhe fizessem uma encomenda de projeto deste género, que abordagem escolheria? Voltaria a optar por um trabalho de campo rural? Que perguntas colocaria?

Num artigo de 1993, escrevíamos, eu e Michel Oriol (Hily & Oriol, 1993, p. 90): “O fosso entre gerações não está simplesmente ou necessariamente no grau de assimilação à sociedade francesa. Está agora a ser estabelecido um modelo de combinações de pertenças, cuja complexidade, exibida publicamente, anuncia novas formas de se relacionar com os espaços nacionais e transnacionais”. Esta “velha comunidade” portuguesa, alegadamente assimilada, nunca se afastou muito da “terra de origem” e aqueles/as que se reivindicam como parte dela (mesmo discretamente) nunca romperam com a aldeia e a casa dos pais ou dos

²⁰ No estudo consagrado aos trabalhadores cabilas/cabildas (*kabyles* em francês), Robert Montagne escreve: “Um fluxo contínuo estabeleceu-se rapidamente em ambos os sentidos entre o país de origem e a colónia existente em França” (Montagne, 1954).

avós. E se a casa dos antepassados foi muitas vezes vendida, são as regiões mais urbanas, muitas vezes à beira mar, que eles/elas frequentam. Numerosos estudos destacam as ligações mantidas entre os dois países, nomeadamente as formas de *vaivém* adaptadas às situações familiares e profissionais, à idade, entre outros fatores.

Apesar de as modalidades de viajar terem mudado, assim como os meios de transporte (embora a geração mais velha prefira frequentemente viajar de carro, e fazer a viagem de uma só vez, com as mesmas paragens de sempre), Portugal continua a ser um destino especial, apesar de “banalizado” e provavelmente um destino menos aguardado. No entanto, muitos jovens dão continuidade a esta rotina, regressando a casa dos pais, reencontrando os primos e primas que também vêm de férias, e outros familiares que trabalham em Portugal. Durante as férias, a língua é novamente falada, partilham-se grandes refeições, faz-se turismo, etc. Revisitar estes terrenos de pesquisa e estudar novos (como os espaços urbanos, por exemplo) seria certamente um bom tema de investigação, mais de 30 anos após o *Le va-et-vient identitaire!*

À luz do seu trabalho sobre o “vaivém” e dos artigos reunidos neste *dossier* temático, questionamos acerca da relevância de preservar as categorias analíticas de “emigração” e “regresso”. Seria suficiente observar práticas de ancoragem na aldeia, por muito difusas que sejam, para continuar a mobilizar o conceito de “regresso”? Ou deveríamos preteri-lo a favor de um outro conceito que reflita melhor as circulações e o transnacionalismo?

Embora nos anos 1960 as análises dos economistas liberais suportassem a ideia de que o regresso era o resultado lógico da emigração, e embora, do lado dos trabalhadores imigrantes, a atitude mais generalizada fosse, inicialmente, viver o exílio (a imigração) como um período temporário para depois regressar ao país – para a aldeia ou para uma grande cidade – munidos de algum capital, a história mostrou que o regresso não se coloca, afinal, como uma alternativa. Já nos anos 1960, os estudos tinham mostrado claramente que o “regresso” definitivo, ou seja, uma vida sedentária sem perspectivas de mobilidade, correspondia a situações particulares (dificuldades de integração económica, doença, reforma, etc.) e que os imigrantes já estavam a adotar práticas de *vaivém*. Nos anos 1970, e apesar das pressões existentes nessa altura para encorajar os imigrantes a “regressar”, a grande maioria optou por prolongar a sua estadia no país de imigração, mantendo simultaneamente modalidades de viagens periódicas, sem, no entanto, desistir da ideia de um dia ir embora (Poinard, 1979). De facto, a recusa de um regresso irremediável não significa, contudo, que os imigrantes abandonem toda a esperança de se reinstalarem no país de origem. Assim, muitos deles fazem viagens de ida e de volta sem que isso signifique, no entanto, “reencontrar as raízes” ou “regressar às origens”, de acordo com os clichés bem conhecidos e as expressões em vigor nesses anos. Pelo contrário, tratava-se de formas combinadas de pertenças ou de bilateralidade das referências, e esses *vaivéns* testemunhavam uma dualidade das lealdades em relação ao país de residência e ao país de origem. No entanto, já se viam surgir práticas que antecipavam modalidades migratórias eficazes e migrantes que se dotavam de meios para não renunciar aos países e regiões com os quais tinham laços, à medida que a distância geográfica ia deixando de ter importância no mundo contemporâneo.

Não é certo que, hoje, os filhos e filhas de imigrantes, e sobretudo os novos migrantes, mais inseridos em práticas de mobilidade, sejam tentados/as a revitalizar a sua pertença da mesma forma que os imigrantes mais antigos nos anos 1980. O regresso tende a perder a sua dimensão simbólica e imaginária, para dar lugar a práticas de mobilidade. E embora seja difícil prever as formas de pertença que se irão desenvolver no futuro, podemos supor que elas se tornarão muito mais diversificadas. Já se observa, por exemplo, uma heterogeneidade das formas de circulação e um desenvolvimento dos modos de organização da diáspora. Nesta lógica, o termo “regresso”, e o fenómeno que descrevia, continua ancorado em referências históricas, mas tende a perder o seu significado. É efetivamente a tensão entre a permanência do mito das origens e o individualismo constitutivo das sociedades modernas que está no centro desta problemática.

Parece, portanto, cada vez mais difícil e arriscado usar a palavra “regresso” para descrever fenómenos muito diferentes e situações múltiplas. Por exemplo, “regressar” não se referirá a um projeto de fixação, em particular em sociedades urbanas, mais do que a um desejo de regressar ao país “que se deixou” ou *à terra*? Mas talvez devêssemos revisitar o vocabulário do “regresso” para compreender melhor os seus usos nas

situações em que vem sendo utilizado, para melhor apreender os significados que assumem antes de declarar o fim do “regresso” perante as mobilidades?

Qual foi a importância deste trabalho no seu percurso profissional? Se não estamos enganadas, salvo erro, nos anos que se seguiram a este estudo produziu menos sobre esta população, enquanto os movimentos migratórios entre Portugal e a Europa ganharam amplitude. “A invisibilidade dos imigrantes portugueses” na sociedade francesa, da qual Oriol falava já em 1984, contribuiu para desviar a atenção e os fundos da investigação em ciências sociais para outros grupos nacionais?

Quando integrei o centro de investigação *Migrinter* em Poitiers²¹, onde os geógrafos estavam em maioria, muitos deles faziam trabalho de terreno fora de França e da Europa, e a minha curiosidade de socióloga levou-me a prosseguir as minhas pesquisas fora de França, sem abandonar um dos meus temas de investigação relativo às “experiências migratórias”; a questão da relação entre identidade e alteridade esteve sempre presente no plano teórico.

Em Beirute, onde trabalhei no início dos anos 2000, pude observar, em particular nos meus estudos com migrantes filipinos e indianos, que o país de origem permanecia muito presente e que no horizonte existia sempre a ideia de um vaivém ou de um regresso. Nos “projetos migratórios”, é o local de partida para uma migração aberta às oportunidades que surgem. Eu “abandonei” o trabalho de terreno português, porém, encontrei em algumas das práticas de mobilidade de migrantes nessa cidade oriental um Portugal não tão distante (Hily, 2012).

Em Israel, num estudo realizado em colaboração com Yann Scioldo-Zürcher e William Berthomière sobre as novas migrações de judeus vindos de França (Bhertomière, Schioldo-Zürcher & Hily, 2022), destacámos os esforços do Estado para assegurar que os recém-chegados tivessem uma “integração bem-sucedida” em Israel. Observámos também que esta integração permanecia frágil e que se registavam muitos “regressos” que, no entanto, eram difíceis de estimar (as estatísticas públicas avaliam entre 10 a 30% de regressos). Mas que significado pode ser dado a estes “regressos”? Muitas vezes, e é o caso dos reformados, muitos migrantes vivem num vaivém entre os dois países. Os judeus de França contribuíram para a criação de um campo migratório entre a França e Israel, uma vez que o tinham construído após a independência das colónias francesas no Norte de África. A noção de “campo migratório”, que os geógrafos utilizam precisamente no estudo das migrações, tem em conta a mobilidade residencial, os ritmos de circulação e os laços construídos e mantidos pelos migrantes (Gildas, 2006).

As minhas pesquisas deslocaram-se certamente para outros trabalhos de terreno e para outras populações que não os portugueses, mas as questões estavam geralmente relacionadas com um projeto que consiste em questionar o significado da mobilidade e do sedentarismo, sem, no entanto, as opor, nas nossas sociedades, num quadro teórico que vai ao encontro de algumas propostas de Singleton: “se ser nómada ou não ser nómada” é a “questão das questões”, é porque “o nomadismo representa, antes de mais e tanto quanto o sedentarismo, uma opção e uma ótica do espírito” (Singleton, 2001, p. 166).

Atualmente, jovens investigadores/as portugueses/as ou franco-portugueses/as, mesmo que não sejam muito numerosos/as, estão interessados/as nestes movimentos migratórios de portugueses/as na Europa e fora do continente, com questionamentos que envolvem simultaneamente abordagens estatísticas e demográficas, sociológicas, históricas e antropológicas. E se, como escrevem Pedro Góis e José Carlos Marques (Góis & Marques, 2020), estamos a assistir a uma intensificação das partidas de portugueses/as para novos países de destino, esta emigração também se caracteriza por continuidades com fluxos anteriores e por semelhanças e dissemelhanças nas suas características sociodemográficas e nos seus percursos migratórios, como também nos é mostrado por estes autores. Noutras disciplinas, também tem havido muita investigação: por exemplo, Victor Pereira, em História, ou Irène Dos Santos, em Antropologia, têm-se

²¹ Fundado em 1985, o *Migrinter* é um centro de investigação especializado no estudo das migrações internacionais. <http://migrinter.labo.univ-poitiers.fr/>

interessado pelo passado colonial, a memória das migrações e a circulação entre Portugal e as antigas colónias.

O facto é que, como Manuel Antunes da Cunha²² salientava há uns dez anos: “frequentemente tidos como um ‘modelo de integração’, os portugueses fazem-se mais notar pela sua ausência no espaço público. Deles se diz que são ‘discretos’, ‘trabalhadores’ e, acima de tudo, que ‘não criam problemas’” (Cunha, 2013, p.192). Há já trinta anos, (um geógrafo e uma socióloga) intitulavam um dos seus artigos: “Um milhão de pessoas silenciosas, os portugueses” (Hily & Poinard, 1984). O fenómeno também existe em países como o Reino Unido e os Estados Unidos da América (Cunha, 2013). Cabe, portanto, aos/às jovens investigadores/as portugueses/as, entre outros, agarrar estas questões, uma vez que as mobilidades dos portugueses no mundo, incluindo a Europa, as ex-colónias e a América, são exemplares e têm uma profundidade histórica particularmente notável. Nesta lógica, convém reler o que Michel Oriol escreveu em 1985:

“A história dos portugueses constitui um recurso particularmente motivador, em situação de exílio, porque ela está na base da representação de uma capacidade de não se perder, mas pelo contrário de se descobrir, de se desenvolver na experiência do intercâmbio (cultural, mas também económico ou matrimonial). As retóricas associadas aos Descobrimientos dão um contributo paradoxal para a capacidade excepcional das comunidades portuguesas de se adaptarem à diversidade das sociedades modernas. Sem dúvida que também as expõem ao risco de enfraquecer o seu desempenho contra os aspetos alienantes da emigração. Mas, em contrapartida, podem fornecer um bom antídoto para as retóricas inversas que, tal como a da França oficial, servem para conjurar indefinidamente as diferenças”.

Referências bibliográficas

- Beaugé, G. & Hily, M-A. (1973). La formation des travailleurs immigrés. *Migrations méditerranéennes* (pp.73–77). Paris : CIHEAM. (Options Méditerranéennes; n. 22). <http://om.ciheam.org/om/pdf/r22/CIO10550.pdf>.
- Berthomière, W., Scioldo-Zürcher, Y & Hily, M-A. (2022). *L'identité de façade des commerces « français » de la rue Bograshov à Tel-Aviv*. Tours: Presses Universitaires François-Rabelais. <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-03511112>.
- Charbit, Y., Hily, M-A. & Poinard, M. (1997). *Le va-et-vient identitaire. Migrants portugais et villages d'origine*. Paris : Ined/Puf, Cahier n°140.
- Coquery-Vidrovitch, C. & Godinho, V. M. (1964). A economia dos descobrimentos henriquinos. *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. 19^e année, 1, 201–204.
- Cordeiro, A. & Hily, M-A. (2000). La fête des Portugais : héritage et invention. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 16 (2), 59–76.
- Cordeiro, A. (ed) (2004). Portugais de France, immigrés et citoyens d'Europe. *Cahiers de l'URMIS*, 9. <https://journals.openedition.org/urmis/51>.
- Cunha, M. A. (2013). La quasi-invisibilité des Portugais à la télévision : De la clandestinité à l'intégration. *Cultures de l'exil: Exils et migrations ibériques aux XXe et XXI siècles*, 5, 174–192.

²² Manuel Antunes da Cunha doutorou-se em Ciências da Informação e Comunicação, em 2006, em França, com uma tese intitulada « *Télévision, migrations et enjeux identitaires: l'exemple de RTPi: La réception d'une chaîne de souveraineté par les portugais d'Ile-de-France* ». É atualmente Professor Auxiliar na Universidade Católica Portuguesa em Braga.

- Dewitt, P. (Ed.) (1997). Portugais de France. *Hommes et Migrations*, 1210. https://www.persee.fr/issue/homig_1142-852x_1997_num_1210_1.
- Domingos, N. & Peralta, E. (2013). *Cidade e Império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70.
- Domingos, N. & Pereira, V. (2016), Les reconfigurations de la mémoire du colonialisme portugais : récit et esthétisation de l'histoire. *Histoire@Politique*, 29, 41–59. <https://doi.org/10.3917/hp.029.0041>
- Ferreira, S., Souchaud, S. & Vidal, D. (eds) (2017). Les espaces de la migration lusophone : circulations, régulations, représentations. *Cahiers de l'URMIS*, vol. 17. <https://journals.openedition.org/urmis/1391>
- Gildas, S. (2006). Migrations. La spatialisation du regard. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 22 (2), 9–21. <https://journals.openedition.org/remi/2815>
- Godinho, V.M. (1978). L'émigration portugaise XVème-XXème siècles: une constante structurale et les réponses au changement du monde. *Revista de História Económica e Social*, 1, 5-32
- Góis, P., Marques, J. C. (2020). Portuguese intra-EU migration. The dynamics of an ongoing migration process. *Ethnic and Racial Studies*, 43(14), 2551–2571, <https://doi.org/10.1080/01419870.2020.1772989>.
- Hily, M-A. & Oriol, M. (1993). Deuxième génération portugaise: la gestion des ressources identitaires, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 9(3), 81–93. https://www.persee.fr/doc/remi_0765-0752_1993_num_9_3_1370
- Hily, M-A. & Poinard, M. (1984). Un million de silencieux, les Portugais, *Politique Aujourd'hui*, 4, 87–98.
- Hily, M-A. (1993). *Les identités collectives à l'épreuve de l'émigration-immigration : le cas des Portugais en France* [Thèse de Doctorat, Université de Nice].
- Hily, M-A. (2012). Migrants et « établis » dans une banlieue de Beyrouth. In K. Dorai & N. Puig (Eds.), *L'urbanité des marges. Migrants et réfugiés dans les villes du Proche-Orient* (pp. 203–224). Paris : Editions Téraèdre.
- Hily, M-H., Poinard, M. (1997). Entre France et Portugal, l'attrait du va-et-vient. *Hommes et Migrations : Portugais de France*, 1210, 63–72. https://www.persee.fr/doc/homig_1142-852x_1997_num_1210_1_3054.
- Ma Mung, E. & Hily, M-H. (2019). Projet migratoire et expériences migratoires. In Y. Scioldo-Zürcher, E. Ma Mung, & M-H. Hily (Eds.), *Etudier les migrations internationales* (pp. 50–68). Tours: Presses Universitaires François Rabelais.
- Montagne, R. (dir.) (1954), *Etude sociologique de la migration des travailleurs musulmans d'Algérie en France* (Cahier liminaire, cahier n°1 à 8), 3–33.
- Oriol, M. (1985). Du navigateur au Prolétaire. *Peuples méditerranéens*, 31-32, 203–2015.
- Oriol, M. (Ed.), (1984). *Les variations de l'identité. Étude de l'évolution de l'identité culturelle des enfants d'émigrés portugais en France et au Portugal*. Vol. 1. Nice : IDERIC, Université de Nice.
- Oriol, M. (Ed.) (1988). *Les variations de l'identité. Étude de l'évolution de l'identité culturelle des enfants d'émigrés portugais en France et au Portugal*. Vol. 2. Nice : IDERIC, Université de Nice.
- Pereira, V. (2014). *A ditadura de Salazar e a emigração. O Estado Português e os seus migrantes em França (1957-1974)*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores.
- Pereira, V. (2017). La mémoire de l'émigration portugaise: une mémoire de héros?. *Hommes et Migrations*, 1317-1318, 37–43.

- Pingault, J-B. (2004). Jeunes issus de l'immigration portugaise : affirmations identitaires dans les espaces politiques nationaux. *Le Mouvement Social*, 209, 71–89.
- Poinard, M. (1979). *Le retour des travailleurs portugais*. Paris: La Documentation Française.
- Poinard, M. (1991). *Les Portugais dans l'émigration: une géographie de l'absence* [Tese de doutoramento em Geografia, Université Toulouse Le Mirail].
- Poinard, M. (1992). L'insaisissable objet de recherche « à problèmes ». *Migrants formation*, 90, 6–20.
- Rocha-Trindade, M. B. (1973). *Immigrés portugais: observation psycho-sociologique d'un groupe de Portugais dans la banlieue parisienne* [Tese de doutoramento, ISCSP Orsay- Lisboa].
- Rocha-Trindade, M. B. (1984). Le dialogue institué, In M. Oriol (coord.), *Les variations de l'identité. Étude de l'évolution de l'identité culturelle des enfants d'émigrés portugais en France et au Portugal* (pp. 357–378). Volume 1 Ideric, Université de Nice.
- Sayad, A. (1999). *La double absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*, Préface de Pierre Bourdieu. Paris : Seuil, p.18.
- Scioldo-Zürcher, Y., Hily, M-A. & Ma Mung, E. (Eds.) (2019). *Etudier les migrations internationales*. Tours: Presses Universitaires François Rabelais.
- Singeleton, M. (2001) On ne bouge plus ! Une méditation d'anthropologue sur la mobilité humaine, *Spiritus*, n°163 « migrants et migrations », 165–178.
- Tarrius, A. (1989). *Anthropologie du mouvement*, éditions Paradigme, Caen.
- Tarrius, A. (1996), Territoires circulatoires des migrants et espaces européens. In N. Haumont (éd.), *La ville : agrégation et ségrégation sociales* (pp. 189–194). Paris, L'Harmattan.
- Tarrius, A. (2012). Des transmigrants en France. *Multitudes*, 49 (2), 42–52
- Tribalat, M. (1997). Chronique de l'immigration: Les populations d'origine étrangère en France métropolitaine. *Population (French Edition)*, 52(1), 163–219. <https://doi.org/10.2307/1534513>